

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Oitava Sessão Ordinária do 2º
Período Ordinário da 18ª Legislatura da
Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Marta Monteiro Godinho, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Rafael Tavares Costa, Francisco Azevedo Pereira, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher, Joseane de Oliveira Seixas, Edivaldo Jorge Castro de Souza, Joanyr da Rocha Estumano e Marcelo Augusto Andrade Sarubbi. Ausente a vereadora: Carmela Lucia Teixeira da Costa, com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciada. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento da vereadora Carmela Lucia, requerendo dez dias de licença, no período de 05 a 14 de setembro do ano em curso para tratamento de saúde; Requerimento da vereadora Josy Seixas, pede que seja oficiado a superintendência regional e ao gerente local da Rede Celpa, solicitando explicações quanto a frequentes falta de energia elétrica em nosso município, causando transtornos e prejuízos a comunidade e que providencias estão sendo tomadas por parte da referida em presa, no sentido de solucionar o problema; Requerimento dos quinze vereadores, solicitando uma reunião entre todos os órgãos responsáveis direta ou indiretamente pela segurança pública de Oriximiná a ser realizada no dia 14 do corrente mês as 10 horas, no auditório da Câmara; Ofícios nrs. 220 e 221/17, expedidos ao Prefeito Municipal e ao secretário da SEMDURB; Projeto de Lei nº 080/17, que Institui o Plano Plurianual do Município de Oriximiná para o quadriênio 2018 a 2021; Projeto de Lei nº 081/17, que Institui o Código Tributário do Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 076/17, que Autoriza o Executivo Municipal a outorgar Concessão para exploração dos serviços públicos de matadouro municipal; Projeto de Lei nº 077/17, que Institui Programa de Bolsa Estágio e Autoriza o Poder Executivo a Conceder Estágio Remunerado para

estudantes do ensino médio, ensino técnico profissionalizante e superior regularmente matriculados em instituições públicas e privadas de ensino reconhecidas pelo MEC e Órgãos públicos conveniados; Projeto de Lei nº 078/17, que autoriza o Chefe do Executivo municipal a delegar a Gestão Administrativa do Hospital Municipal a uma pessoa jurídica de direito público, os (organização social) e/ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; Projeto de Lei nº 079/17, que altera o artigo 77 da Lei nº 7.302, de 11 de maio de 2010, que dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente; Ofícios nrs. 230 a 246/17, recebidos do Sr. Prefeito Municipal; Ofício nº 379/17, do secretário da SEMAGRI, solicitando o auditório da câmara no dia 07 de setembro a partir das 14:00 horas, para o bate-papo sobre pecuária e o programa território sustentáveis para os pequenos, médios e grandes criadores de gado do nosso município. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Ocupou a tribuna o vereador Raimundo Tomé, que após saudar os presentes reportou-se sobre o projeto de lei lido no expediente desta sessão, que versa sobre o Código tributário do nosso município, onde na mensagem do executivo propõe que esta Casa aprove em regime de urgência, o que causa preocupação, uma vez que se trata de matéria complexa e que vem mexer no bolso do consumidor. Então é preciso de um estudo minucioso sobre o referido Projeto de Lei, inclusive com o apoio da assessoria jurídica deste Parlamento. Continuando o orador disse que se encontra em tramitação no congresso nacional um projeto de lei que trata do imposto mineral, caso seja aprovado vai prejudicar o nosso município, uma vez que a MRN vai ficar isenta de a pagar o imposto devido a Oriximiná. Então é preciso que esta Casa forme uma comissão de vereadores ou encaminhar um expediente aos deputados paraense, expondo a situação e solicitando o apoio dos mesmos pela não aprovação do referido projeto de lei que vai prejudicar os municípios mineradores do Pará. O presidente da Casa, assegurou que vai conceder a assessoria jurídica para acompanhar as comissões competentes que vão discutir amplamente o projeto de lei que trata do código tributário do município, dentro dos prazos regimentais. A seguir fez uso da palavra a vereadora Ana Cleyde, inicialmente agradeceu o prefeito municipal pela brilhante iniciativa de encaminhar a este Poder o projeto de lei que Institui Programa de Bolsa Estágio e Autoriza o Poder Executivo a Conceder Estágio Remunerado para estudantes do ensino médio, ensino técnico profissionalizante e superior regularmente matriculados em instituições públicas e privadas de ensino reconhecidas pelo MEC e Órgãos públicos conveniados, projeto que originou de uma indicação da vereadora que voz fala e o prefeito acatou. Continuando a nobre vereadora teceu comentários sobre o requerimento da vereadora Josy apresentado nesta sessão solicitando informações da rede Celpa sobre os serviços de péssima qualidade que a empresa desenvolve em nossa cidade. Citou como exemplo os blecautes que ocorrem quase que diariamente, causando prejuízos em todos os aspectos a nossa população.

Falou ainda do desrespeito que os funcionários da referida empresa têm com os usuários por ocasião dos cortes de energia elétrica, não respeitam a lei municipal de autoria do vereador Raimundo Tomé que proíbe esses cortes nos finais de semana e feriados. Então é preciso solicitar da referida empresa serviços de qualidade para os nossos munícipes. Em seguida ocupou a tribuna a vereadora Josy Seixas, inicialmente disse concordar com as colocações do vereador Raimundo Tomé sobre a solicitação de urgência na aprovação do projeto de lei que trata do código tributário do município, acrescentando que o mesmo deve ser minuciosamente estudado por todos os vereadores e as classes interessadas, assim como o projeto que propõe a terceirização dos serviços do hospital municipal, espera que o mesmo venha embasado no impacto financeiro e demais informações para que o relator possa emitir o parecer respaldo na legalidade. Continuando a nobre vereadora teceu comentários sobre o requerimento que apresentou nesta sessão sobre os serviços de péssima qualidade que a rede Celpa presta em nosso município, justificou o mesmo e espera contar com o apoio dos nobres vereadores. Quanto o requerimento para reunião com os órgãos responsáveis pela segurança pública, disse ser viável, até porque a nossa população vive totalmente insegura, agora vale ressaltar que existem leis que ampara os delinquentes, o que é lamentável, então se faz necessário uma reforma no código penal brasileiro o mais rápido possível. A seguir fez uso da palavra o vereador Manoel Malcher, dizendo ser favorável ao requerimento da vereadora Josy, uma vez que os frequentes blecautes de energia elétrica, vem causando transtornos e prejuízos a população com queimas de aparelhos dentre outros. Falou ainda das precárias condições do escritório da rede Celpa, em todos os aspectos. Disse ainda que a energia mais cara é da nossa região, porque a rede Celpa compra de terceiros e não direto. Portanto devemos unir forças políticas para resolver esse problema em nosso município, dando assim uma resposta a nossa população, até porque não podemos ser refém dessa empresa. Quanto o requerimento que solicita uma reunião com os órgãos competentes, para discutirmos sobre segurança pública, disse ser de suma importância. O vereador Arnaldo Gemaque assegurou ser favorável o requerimento sobre a rede Celpa, agora seria viável a Mesa Diretora baseado nos tramites regimentais, convocar o gerente local da referida empresa para prestar esclarecimento nesta Casa, sobre a falta de energia elétrica frequentemente que estar ocorrendo em nossa cidade. Em relação ao projeto de lei que versa sobre o matadouro municipal, disse que em seu teor cita a questão de higiene, coisa que jamais existiu naquele logradouro público, espera que o atual prefeito faça a remoção desse matadouro para um local adequado. Quanto ao projeto de lei que trata da terceirização do hospital municipal, disse ser viável, agora seria interessante fazer a ampliação daquela unidade de saúde, que não mais atende a grande demanda do nosso município. Em seguida fez uso da palavra o vereador Zequinha Calderaro, inicialmente reportou-se sobre o projeto de lei que

institui o código tributário do município, acrescentando que o mesmo deve ser amplamente discutido neste parlamento com todos os interessados. Continuando o orador lembrou do assunto que tratou na sessão anterior, no que diz respeito ao projeto de lei que solicita autorização para aquisição de um imóvel destinado a praça de alimentação, nas proximidades da praça do centenário, no valor de 180 mil reais. Disse que buscou informações sobre o valor venal do terreno que é de R\$ 57.000,80 reais (cinquenta e sete mil e oitenta reais), sabe-se que o valor venal não é o real, agora vale ressaltar que como é de praxe os projetos de leis encaminhados do executivo não vem acompanhado dos anexos necessários para que possamos emitir parecer baseado em dados concretos, citou como exemplo o impacto financeiro, uma vez que vai aumentar despesas do município. Portanto se faz necessário o acompanhamento do anexo I previsto nos incisos do Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal: I – Estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigência e nos dois subsequentes; II – Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO. Assegurou o Edil que vai solicitar tais informações do Gestor Municipal sobre o referido projeto de lei que se encontra em tramitação na comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Ocupou a tribuna o vereador Zequinha Calderaro, primeiramente reportou-se sobre a questão da rede Celpa, acrescentando que se faz necessário convocar o gerente local assim como da COSANPA, para prestarem esclarecimentos pelos serviços de péssima qualidade prestados ao nosso município. Falou ainda da importância da assessoria de comunicação deste Poder, entrevistar essas pessoas e levar ao conhecimento da população. Continuando o orador disse que foi procurado por uma servidora que presta serviços na cozinha do hospital municipal, onde ela colocou as dificuldades que enfrentam em relação a falta de ventilação, o que prejudica o trabalho naquele setor. Diante o exposto o nobre vereador solicitou a comissão de saúde que verificasse essa questão, junto aos órgãos competentes. Continuando o vereador Zequinha, disse que após questionar a falta de acesso ao portal da transparência da prefeitura, voltou recentemente, onde verificou um contrato entre a prefeitura de Oriximiná a empresa PROSPERA AUTO SERVIÇOS LTDA ME, no valor de R\$ 31.873.443,10, com início em 25 de julho a 31 de dezembro de 2017, tem como objeto registro de preços para aquisição de contratação de pessoas jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva de máquinas, equipamentos e viaturas, incluindo substituição de peças e acessórios originais para a guarnição de Belém, COMARA, COMAR, BABE, HABE E SERIPA, especializados nos termos de referência anexo I do edital de pregão de agosto de 2016. Assegurou o Edil que vai solicitar tais informações do prefeito municipal através de requerimento. Em aparte o vereador Antonio Odinélio Junior, disse que

realmente o valor é vultuoso, o que acha estranho até porque é além do orçamento do município. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que pelo conhecimento que tem sobre pregão, acredita que tal licitação é da capital do estado, a prefeitura de Oriximiná pegou carona, o que é permitido por lei, como também deve ter sido autorizado pelo governo estadual, deve ter ainda uma ata de registro de preços e o Oriximiná usou a mesma licitação. Continuando o vereador Zequinha afirmou que realmente existe a ata de registro de preços, agora é preciso que seja dada essas informações com clareza as pessoas que acessam o portal da transparência. O vereador Arnaldo disse que se faz necessário tais informações, para não vim ocorrer o mesmo que aconteceu com os professores, onde foi retirada a hora pedagógica dos mesmos sem informar ou consultar a classe. Portanto é preciso que o executivo esclareça essa situação junto aos servidores que tiveram seus vencimentos reduzidos. Em aparte o vereador Antonio Odinélio Junior, disse que segundo informações do executivo a redução nos salários dos professores foi retirado o que estava sendo pago indevidamente, onde também o prefeito assegurou que vai conceder o reajuste a todos os servidores. Em seguida solicitou a comissão de educação que verificasse essa questão junto a secretaria de administração. Continuando o vereador Zequinha, disse que segundo informações foi retirado o adicional noturno dos vigias que recebiam há 12 anos. Então é preciso que o prefeito esclareça essa situação nos meios de comunicação local. Ainda com a palavra o vereador Zequinha chamou atenção dos vereadores para o contrato com dispensa de licitação, onde a prefeitura contratou a empresa CEDRAZ ADVOGADOS, que tem como objeto contratação de serviços profissionais advocatícios da contratada, especificamente para prestação de serviços jurídicos especializados na área de direito mineral, constitucional e financeiro, objetivando o recebimento dos valores do contratante incidentes sobre a diferença da CFEM devido pela MRN apurado no processo administrativo DNPM 950.923/2007, no período de janeiro de 1991 a maio de 2003. Esta contratação será a título de risco que o valor dos honorários advocatícios será de 20% do valor de que tem vigência no período de 16 de junho a 31 de dezembro de 2017. Disse que Tiago Cedraz é filho do Ministro Aroldo Cedraz, que foi acusado na 45ª fase da lava jato por receber propina. Então é preciso ter todo cuidado para não acontecer o mesmo que ocorreu com a empresa pública consultoria e que a lava jato não chegue em Oriximiná. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, dizendo que foi solicitado a comissão de educação verificar junto a secretaria competente informações sobre o corte da hora pedagógica dos professores. Acredita a nobre vereadora que tais informações o executivo já deveria ter dado a este Poder, inclusive a líder do governo, mais infelizmente isto não acontece, vão tomando decisões sem discutir com a classe interessada, isto demonstra falta de planejamento. Em aparte o vereador Manoel Malcher, disse que na última quinta-feira em uma reunião na escola Adélia Figueira, onde estava

presente o prefeito, o secretário de educação e os professores daquele educandário, perguntou ao prefeito se seria reduzido os salários da classe, uma vez que se escutava comentários sobre este assunto. O prefeito afirmou que não vinha nenhuma redução. E para a surpresa de toda classe houve redução dos vencimentos. Então se faz necessário essas informações virem antes do ato do executivo. Retomando a palavra a vereadora Josy, disse ser lamentável, que esse corte na hora pedagógica ocorreu, até porque as pessoas fazem seu orçamento baseado no que estão recebendo. Então é preciso que o secretário de educação faça sua parte técnica e deixe a outra para o prefeito. Continuando a oradora informou que no dia 30 de agosto do ano em curso saiu a licitação da sinalização do transito de Oriximiná, acredita que até o início de outubro as nossas vias públicas sejam sinalizadas, assim como o convenio com a polícia militar, já foi assinado e retornado a capital do estado para ser publicado no diário oficial. Em aparte a vereadora Ana Cleyde disse que já tinha conhecimento da licitação da sinalização do transito em nosso município, graças ao empenho deste Poder, do prefeito e do deputado Junior Ferrari. Continuando a vereadora Josy, também agradeceu o apoio do presidente da Casa, do deputado Junior Ferrari e do prefeito Ludugero, na luta por essa licitação. Finalizou parabenizando todas as raças brasileira, comemorado neste dia 5 de setembro, uma festividade que é marcada por desfiles e comemorações cívicas. A celebração do dia da raça tem o objetivo de enaltecer a identidade cultural brasileira e todos os imigrantes que contribuíram para a formação da "raça brasileira". Com a palavra o vereador Raimundo Tomé, lembrou do requerimento que apresentou no dia 14 de fevereiro de 2017, pedindo informação sobre o pagamento da taxa de iluminação pública em nosso município, veio resposta do prefeito informando que estava aguardando dados concretos da rede Celpa. Em aparte o Sr. Presidente da Casa, disse que a Câmara pode obter tais informações através da justiça, como também pelos péssimos serviços prestado ao nosso município. Continuando o vereador Raimundo Tomé, em relação a redução dos salários dos professores, disse que estão querendo corrigir erros cometidos há anos atrás, querem fazer os ajustes necessários sem discutir com a classe interessada, o que é lamentável. Quando foi falado em pegar carona, disse que a secretária de saúde deveria fazer o mesmo, se entendesse de alguma coisa no cargo que ocupa. Disse ainda que a falta de planejamento no município, causa vários problemas, mais infelizmente colocam pessoas que não tem conhecimento da área, não sabem o que é orçamento, PPA, LDO e demais leis. Em aparte o vereador Zequinha lembrou da lei de sua autoria que versa sobre a COSIP, que deve ser colocada em prática. Retomando a palavra o vereador Raimundo Tomé, disse ser lamentável, não ser discutido com os interessados os atos do executivo e nem planejado, fazer do jeito que acharem melhor. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão, para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o

tempo regimental o Plenário, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento de todos os vereadores, sendo aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento da vereadora Josy. Dito requerimento posto em votação foi aprovado por unanimidade. Foi submetido à apreciação do plenário o pedido de licença da vereadora Carmela Lucia, sendo aprovado por unanimidade. Lido e submetido à apreciação do plenário a solicitação do secretário da SEMAGRI, sendo aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário